



ZEFERINO PINTINHO

Angola

NO PROCESSO DE REFORMA DAS
FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA DA

Guiné-Bissau





Copyright © Zeferino Pintinho/Mayamba Editora, Luanda – 2015

Título

ANGOLA

no Processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau

Autor

Zeferino Pintinho

Colecção

Biblioteca da História

Editor

Arlindo Isabel

Capa

Carlos Roque

Paginação

João Correia

Edição

Mayamba Editora, 2016

Estrada Direita do Calemba 2,

Rua Rio Cuango, n.º 16, Condomínio Vila Rios, Camama

Município de Belas – Luanda Sul / Angola

Cx. Postal 3462

E-mail: mayambaeditora@yahoo.com

Site: www.mayamba-editora.com/www.mayambaeditora.co.ao

Facebook: /MayambaEditora

Instituto do Pensamento Angola (IPA) e

Direcção de Estudos e Investigação Militar do Estado-Maior General das FAA

Impressão e acabamento

Damer Gráficas, SA

1.ª edição

Dezembro de 2015

Tiragem

2000 exemplares

Depósito Legal: 7314/2015

ISBN: 978-989-761-076-9



DEDICATÓRIA

À minha querida mulher Ivone Pintinho,
e às minhas filhas Elisama e Elisabete.



AGRADECIMENTOS

Antes de começar a fazer a apresentação da grelha de personalidades que contribuíram de forma directa e indirecta para que este trabalho se traduzisse numa realidade, permitam-me agradecer a Deus Todo-Poderoso, por me revelar a inteligência, a força, a eficácia e os princípios para a elaboração do mesmo.

Agradeço aos meus familiares, nomeadamente ao meu pai, André Pintinho, à minha mãe, Esperança Cariço (*in memoriam*) aos meus irmãos Nelito Pintinho, Ruth Pintinho, Marcelino Pintinho, Ana Pintinho, Pedrito Pintinho e André Pintinho (o caçula); obrigado pela força e pelos incentivos.

Seria ingratidão da minha parte se não reconhecesse o esforço abnegado demonstrado pelo Professor Doutor Marco António Gonçalves Barbas Baptista Martins, da Universidade de Évora, pela forma sábia na orientação da tese que, para todos os efeitos, foi um dos grandes expoentes para que esse desiderato fosse atingido. Ao ministro do Interior, Dr. Ângelo da Veiga Tavares, que autorizou a minha inscrição no Mestrado em Relações Internacionais. Por outro lado, reconheço a melhor atenção do general Miguel Júnior e da Editora, pelo prefácio e pelo interesse que demonstraram pela



obra e por tudo o que fizeram pela sua publicação. Ao general Peregrino Isidro Wambu Chindondo, pela disponibilidade em entrevistas sobre certas questões e pela porta que nos abriu.

Agradeço ao general Zé Grande, director das Relações Exteriores do Ministério da Defesa, ao comissário prisional Pedro Rodrigues, director do Gabinete do Ministro do Interior, ao comissário António Vicente Gimbe, comandante do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, ao comissário de Bombeiro Bêncão Mateus, comandante-adjunto do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, ao comissário de Bombeiro Tito Manuel, ao comissário de Bombeiro Tito Caculo, comandante provincial de Bombeiros de Luanda, ao coronel Pedro Sozinho, chefe de Repartição de Coordenação e Avaliação de Programas da Força Aérea Nacional, ao tenente-coronel Abraão Sapalalo, ao coronel Pedro Bartolomeu. Todos foram tão importantes na superação das inúmeras dificuldades que se apresentaram no decorrer desta jornada de exploração do universo da Política Externa angolana na Guiné-Bissau.

Devo agradecer ainda ao Dr. Manuel Vaz Afonso Fernandes, conselheiro Jurídico da CEEAC, pelo apoio moral, aos professores Donato Mbianga, Alfredo Miguel, Justino da Glória Ramos, Manuel Palanca, Makuta Nkondo, José Ampa Gatubó e ao professor Fernando Manuel, docente do Instituto de Relações Internacionais, pela conversa frutífera que tivemos sobre o processo de reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau.

Aos professores do mestrado, pelas diferentes abordagens teóricas e analíticas das quais tirámos bom proveito nos enquadramentos teóricos e conceptuais desta dissertação.

Aos meus colegas e amigos Nelson Miranda, Bela Chindundo, Jorge Faustino, Isaac Simião, Walker Garcia, José Vilema Paulo, David Agostinho, Veríssimo da Rosa, Flávio Chimbundi, Simão Quintas, Ângela Vimpi, Júlia Pacavira, Arleth, padre Avelino Muchicassa, Marinela Cajimbe, Guilherme Matondo, Gaspar Pinto,





Jeremias, Rogério, Eugénia Tavares pelo acolhimento em Portugal, e à melhor sogra do mundo, Catarina Domingos.

O reconhecimento vai também para o Ministério do Interior, as Forças Armadas de Angola, a Universidade de Évora e a Universidade Metodista de Angola.

E, por fim, agradeço a todas entidades eclesiásticas, nomeadamente: reverendo Dr. Francisco Domingos Sebastião, pastor presidente da Assembleia de Deus Pentecostal do Maculusso, pastor Domingos Jaime, pastor Felismino Sebastião, pastor Augusto, pastor Leôncio, evangelista Carlos Lopes, aos diáconos, Mota, Judith, Jó e ao missionário José Tavares.

O meu profundo e eterno agradecimento e reconhecimento a todas pessoas que contribuíram para a concretização desta obra.



ÍNDICE

Introdução	17
-------------------	----

Capítulo I

BREVE CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGICA DA GUINÉ-BISSAU	19
1.1 O espaço geográfico	20
1.2 Caracterização política	22
1.3 Perspectiva económica	28
1.4 As diversas complexidades socioculturais	33
1.5 As principais etnias islamizadas	36

Capítulo II

AS MOTIVAÇÕES DA INTERVENÇÃO DE ANGOLA NO PROCESSO DE REFORMA DAS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA DA GUINÉ-BISSAU	49
2.1 A formulação da política externa de Angola	50
2.2 Os acordos de cooperação rubricados entre Angola e a Guiné-Bissau	57
2.3 A implementação do Programa de Cooperação Técnico-Militar e de Segurança entre Angola e a Guiné-Bissau	60
2.4 A Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG)	64





2.5 A reforma do sector de segurança: rumo ao momento decisivo	73
2.6 Diagnóstico da situação actual no sector da defesa e segurança e justificação da Reforma	78
2.7 Os militares Guineenses e o Processo de Reforma	84

Capítulo III

A COMUNIDADE INTERNACIONAL E A REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU	93
3.1 A CPLP	98
3.2 A União Africana	107
3.3 A CEDEAO	109

Capítulo IV

O FIM DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR ENTRE ANGOLA E A GUINÉ-BISSAU E OS SEUS EFEITOS	115
4.1 O fim da cooperação	116
4.2 O factor do narcotráfico	121
4.3 A influência estratégica dos países da CEDEAO face à presença de Angola na Guiné-Bissau	129
CONCLUSÕES	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143





LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEPC – Programa de Assistência de Emergência Pós-Conflito

ANIP – Agência Nacional de Investimento Privado

AP – Administração Pública

CARI – Conselho Argentino de Relações Internacionais

CEDEAO – Comunidade Económica da África Ocidental

CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEMGFAA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas

CEMGFAG – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Guineenses

CGG – Comissão do Golfo da Guiné

CLPL – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPS – Conselho de Paz e Segurança

CRGB – Constituição da República da Guiné-Bissau

ECOMOG – Comunidade Económica dos Estados Africano Grupo
de Acompanhamento do Oeste

EUA – Estados Unidos da América

FA – Forças Armadas

FAA – Forças Armadas Angolanas

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GIR – Grupo de Intervenção Rápida

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPRIS – Instituto Português de Relações Internacionais

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

MISSANG – Missão Angolana na Guiné-Bissau

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MTMB – Missão Técnica Militar Brasileira

NU – Nações Unidas



ODM – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PBC – Comissão para a Consolidação da Paz das Nações Unidas

PIB – Produto interno Bruto

PM – Primeiro-Ministro

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP – Polícia de Ordem Pública

PRS – Partido de Renovação Social

RDC – República Democrática do Congo

RMDPLOP – Reunião dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Oficial Portuguesa

RSS – Reforma do Sector de Segurança

RSSD – Reforma do Sector de Segurança e Defesa

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SMO – Serviço Militar Obrigatório

UA – União Africana

UE – União Europeia

UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano

UNIOGBIS – Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

UNITA – União Nacional Para Independência Total de Angola

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UPG – Partido da União Patriótica Guineense

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



INTRODUÇÃO

O presente trabalho *Angola no Processo de Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*, no âmbito dos pressupostos da política externa de Angola, pretende demonstrar quais foram as motivações da intervenção de Angola no processo de reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau.

A ajuda de Angola no apoio ao processo de reforma das Forças de Defesa e Segurança na Guiné-Bissau foi fundamental para a estabilização daquele país do corno de África.

A reforma nestes sectores visava a redução dos actuais efectivos, a modernização das infra-estruturas e o retorno à estabilidade no país com o afastamento dos militares da vida política. Além disso, com a reforma pretendia-se reduzir e modernizar as diferentes forças policiais, harmonizando umas e extinguindo outras, tudo na perspectiva de criar uma Guarda de Segurança Nacional, actualmente composta pela Polícia de Protecção Pública, Polícia Judiciária, Polícia de Trânsito, Polícia de Intervenção Rápida, Polícia Marítima, Guarda-Fiscal e Guarda-Florestal.

A insegurança de que padece actualmente a Guiné-Bissau tem raízes profundas que remontam até ao próprio processo de construção do Estado. A longa guerra de libertação nacional, que durou onze anos, deixou sequelas graves e heranças pesadas. Este legado determinou uma evolução complexa, que transformou os problemas de segurança num obstáculo à construção de um Estado de Direito democrático assim como ao desenvolvimento económico e





social. Neste sentido, algumas suposições são colocadas, as quais poderiam estar na base dos processos que levaram a Guiné-Bissau a esta condição de insegurança e que possivelmente, quando confirmadas, poderão fornecer indicadores que possibilitarão a solução deste problema. Por outro lado, esta insegurança tem como base inúmeros problemas ligados à conversão das forças de guerrilha que lutaram pela independência em forças de defesa e segurança republicanas e que não receberam soluções idóneas e atempadas. O não cumprimento do serviço militar obrigatório, que poderia proporcionar a redução dos actuais efectivos, a modernização das infra-estruturas e o retorno à estabilidade no país, com o afastamento dos militares da vida política, estão na origem de uma instabilidade crónica na Guiné-Bissau. O não-cumprimento da lei de bases da condição militar, que impõe uma subordinação ao interesse nacional e ao poder político democraticamente eleito e a subordinação à hierarquia militar nos termos da lei e outros regimes disciplinares militares, é um problema para a instabilidade da Guiné-Bissau. O desequilíbrio étnico nas Forças Armadas e o baixo nível de escolaridade no exército constituem dois dos principais factores da instabilidade da Guiné-Bissau.

A pobreza que se desenvolveu na esteira da instabilidade contribuiu, por sua vez, para agravar esta, transformou o processo num círculo vicioso em que a instabilidade alimenta a pobreza e vice-versa. O enfraquecimento do Estado, inevitável num tal contexto, fez da Guiné-Bissau um alvo de grupos de crimes organizados, nomeadamente de narcotraficantes que ameaçam cada vez mais a ordem interna com os seus empreendimentos à margem da lei.





CAPÍTULO I

BREVE CARACTERIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGICA A GUINÉ-BISSAU



1.1 O espaço geográfico

A importância de qualquer Estado na arena internacional depende da sua geopolítica, definida como um método da política externa que explica e prevê o comportamento da política internacional em função de variáveis geográficas, tais como a localização, a demografia, a dimensão territorial, a topografia e os recursos naturais, e que, conjugado com outras variáveis tais como a geoestratégia e não só, de forma directa ou indirecta podem influenciar a implementação de projectos, planos e formas como cada actor age ou implementa a sua política no espaço onde se encontra inserido. Também podemos admitir que a importância de um Estado na geopolítica internacional pode significar a combinação e a gestão da ciência política e da sua geografia com a finalidade de compreender as relações existentes na política externa de um Estado ou organização de qualquer natureza (universal, continental, regional ou sub-regional) de que este seja parte integrante.¹

A Guiné-Bissau insere-se no espaço geopolítico designado por África Ocidental, composto pela Mauritânia, Senegal, República da Guiné, Serra Leoa, Libéria, Níger, Nigéria, Togo, Benim, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Mali e Gana². O espaço envolvente da Guiné-Bissau é dominado pela francofonia, e os países que a compõem formavam a antiga África Ocidental Francesa, isto é, um extensíssimo espaço de influência e de interesse da França que a tornou dominante nesta região. O contraponto surge apenas na região do Golfo da Guiné com um país anglófono de grande dimensão, a Nigéria. Mas na área que circunda a Guiné-Bissau, a anglofonia e a lusofonia são subjugadas pelo peso da francofonia que tem

¹ MUEKALIA, Jardo *apud* SAPALALO, Abraão. Dissertação de Mestrado com o tema «Os vectores determinantes na condução da diplomacia da UNITA no período da guerra civil de Angola de 1975 a 2002 – numa dimensão de Relações Internacionais», p. 105.

² NÓBREGA, Álvaro (2003). *A luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, p. 37.

